

## O PASQUIM: ALTERNATIVO E CORAJOSO

Thiago Araujo Vaucher\*

**Resumo:** Nosso objeto de análise neste artigo é o jornal alternativo O Pasquim, criado em 1969 resistiu ao Regime Militar de 1964 dando voz aos que não tinham por conta da repressão. Ao mencionarmos o Regime Militar não podemos deixar de falar da censura e o papel dela que teve na imprensa. A capacidade da imprensa em influenciar a projeção dos acontecimentos confirma o importante papel dela na sociedade. Através de uma forma nada formal de fazer jornalismo, a imprensa alternativa criou um espaço para informar e denunciar de forma criativa e bem humorada, ultrapassando os limites impostos pela censura e repressão.

**Palavras-chave:** Imprensa Alternativa; O Pasquim; Regime Militar;

**Abstract:** Our object of analysis in this article is the alternative newspaper O Pasquim, created in 1969 resisted the military regime of 1964 giving voice to those without because of the repression. By mentioning the military regime can not stop talking about censorship and the role she had in the press. The ability of the press to influence the projection of events confirms the important role of her society. Through one way to do anything formal journalism, the press created an alternative space to inform and report in a creative and humorous, exceeding the limits imposed by censorship and repression.

**Key-words:** Alternative Press; O Pasquim; Military Regime

### Introdução

Este estudo tem por finalidade discutir algumas questões relativas à importância da Imprensa Alternativa, principalmente um dos maiores nomes do jornalismo alternativo. A imprensa no período do Regime Militar – 1964 a 1985 - teve grande importância, um jornal em especial marcou época neste período, nasceu meses após de instaurado um dos atos institucionais mais severos, o AI-5, que foi instaurado para tirar as poucas liberdades que ainda existiam em um país amordaçado pelo poder militar.

Com a proposta de um jornalismo alternativo diferente dos que já existiram, O Pasquim nasceu no momento em que não se imaginaria a criação de um jornal com seu perfil, mas coube a audácia e a coragem de seus fundadores e colaboradores criarem o jornal que fez história.

Imaginado por Jaguar que foi um dos seus criadores ao lado de Tarso de Castro e outros jornalistas, chargistas e caricaturistas, como um jornal do bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro, O Pasquim logo revelou vocação à universalidade, extraindo uma visão crítica compartilhada por jovens e artistas do resto do país.

---

\* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista Capes. E-mail thiagoav84@hotmail.com. Recebido em: 18/05/2012. Aceito em: 22/05/2012

## O Regime Militar e os mecanismos de censura

Os primeiros anos da década de 1960 foram de instabilidade política, eleições, posse e renúncia de Jânio Quadros em 1961. João Goulart que era vice e sucessor direto não era bem visto pelos militares e por parte da imprensa, que temiam mudanças no *status quo*, por isso tentavam provocar um isolamento parcial do presidente.

No dia 31 de março de 1964, foi instaurado o Golpe Civil-Militar, depondo o presidente João Goulart, assumindo o governo uma junta Civil-Militar. A presidência da república foi declarada vaga em 2 de abril de 1964 e o presidente da Câmara Federal, Ranieri Mazzilli, assumiu o cargo, até que se realizassem novas eleições, agora controladas pelos militares.

De Almeida (2006, p.73) afirma que “é característico do autoritarismo de Estado desestimular toda a ação política, ao mesmo tempo em que mantém uma aparência de democracia, permitindo uma oposição apenas formal e mantendo-a sob seu controle”. Com a repressão a cada dia mais forte: perseguições a inimigos políticos, tidos pelo militares como subversivos, todos que supostamente conspirassem contra o Governo Militar. Muitos eram torturados e outros, sofrendo perseguições, exilavam-se. Detentores de cargos eletivos, o novo governo resolveu cassar mandatos legislativos e suspender direitos políticos. Estava instaurado o governo autoritário no Brasil.

Regimes que privilegiam a autoridade governamental diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas (BOBBIO, 2004, p. 94).

No ano de 1968, cresceram as manifestações populares exigindo a volta da democracia, graças a lideranças oriundas de movimentos sociais, intelectuais e políticos oposicionistas. Para sufocar a reação da sociedade civil e preservar as rédeas do poder, o governo edita então, o Ato Institucional - 5 em 13 de dezembro de 1968.

O AI-5 liquidou assim com as liberdades individuais, fechando o Congresso, cassando e perseguindo quem fosse contra o governo Militar. Sindicatos, entidades estudantis, novas lideranças e organizações dos movimentos sociais são fechados.

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informação, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. A censura aos meios de comunicação foi estabelecida na prática. Logo que “baixado o AI-5, partiu-se para a ignorância. Com o Congresso fechado, a imprensa controlada e a classe média de joelhos, o regime bifurcou sua ação política”. (GASPARI, 2002, p. 345)

Nos seis meses seguintes o governo promulgou uma série de atos institucionais, atos suplementares e decretos, todos visando a aumentar o controle executivo e militar, sobre o governo e os cidadãos.

Muitos meios de comunicação eram contrários ao regime, até mesmo a imprensa que apoiou os militares quando foi instaurado o golpe. Neste período a censura à imprensa alcançou seu ápice.

Em meio ao Ato-Institucional – 5 e a censura que nosso objeto de análise neste artigo, o jornal alternativo O Pasquim foi lançado no dia 26 de junho de 1969, mas logo veremos mais detalhes sobre ele.

A censura é a mais forte arma de que os regimes autoritários têm se utilizado desde muito tempo, para impedir a propagação de ideias que podem vir a pôr em dúvida a organização do poder e o seu direito sobre a sociedade.

A censura apresenta-se como um eficaz instrumento de controle social, do qual nem os regimes democráticos costumam abrir mão. No Brasil a censura surgiu antes da imprensa.

Durante o Regime Militar de 1964 a censura tornou-se mais evidente e concreta, por ter sido institucionalizada, sistematizada, materializada, explicitada e por tratar-se de um regime político autoritário.

Durante os anos do Regime Militar podemos mencionar dois tipos de censura: a Censura Prévia e a Autocensura.

A censura prévia determinava que tudo que o que fosse preparado por um jornal seria examinado pela polícia antes da sua divulgação. Na prática, geralmente os censores viam todo o material que estava sendo preparado, no local em que ele era produzido. Liberavam, vetavam ou liberavam com restrições, chegando ao ponto de algumas vezes os cortes eram tão drásticos que praticamente inviabilizava a publicação. Houve um período em que a censura era feita em Brasília, onde o material deveria ser enviado.

A censura prévia causou grandes prejuízos à imprensa, por muitas razões muitos jornais deixaram de existir e outros perderam força. Embora tenha sido alvo de censura O Pasquim permaneceu atuante, mesmo com grande parte de sua equipe sendo presa, por conta da ajuda de seus colaboradores.

Entre os jornais sujeitos a este tipo de censura podemos citar O Pasquim, O Estado de São Paulo, Tribuna de Imprensa, Movimento, entre outros.

Assim como a censura prévia, a orientação geral da censura era dada pelo Ministério da Justiça, embora não possuísse base jurídica. Outros órgãos do governo, como o Sistema

Nacional de Informação – SNI e outros serviços de informação, porém, colaboravam na tarefa de imprimir uma direção à repressão da imprensa.

“Essa censura era realizada de várias maneiras: através de bilhetes, com ou sem assinatura, por telefone, audiência e gravação, ou diretamente na redação dos veículos”. (WEBER, 2000, p. 185)

A grande imprensa foi a que se submeteu a autocensura, ou seja, os próprios editores cuidavam do que os jornalistas podiam ou não escrever. A prática da autocensura acontecia quando os proprietários de grandes jornais fechavam acordos com os responsáveis pela censura, ou diretamente com o governo.

Esses acordos/ordens têm a finalidade de decidir sobre o que deve ou não ser publicado, e sua aceitação implica na contrapartida autocensura. De certo modo, embora eventuais resistências possam ocorrer, criando-se imagens figuradas que força uma leitura nas entrelinhas, ou mesmo burlando-se ordens expressas, a autocensura representa uma capitulação, uma vez que o papel censório é transferido do Estado para a direção do órgão de divulgação, que assume a função de comunicar a seus reporteres o que podem ou não escrever” (AQUINO, 1999, p.222).

Não estamos afirmando que antes da decretação do AI-5 não havia censura, podemos dizer que, a partir da decretação do AI-5 à atuação da censura foram constantes.

### **Imprensa Alternativa**

Mesmo trabalhando com jornais de imprensa alternativa, é preciso que consideremos algumas questões importantes no que se referem à utilização da imprensa como fonte histórica. Sabemos que o fato jornalístico é construído, sendo cria de sua época e dos interesses que envolvem a sua publicação. A imprensa tem uma forma de intervenção privilegiada no contexto político, social e cultural de sua época. Portanto como fonte histórica, não pode ser lida como um espelho da realidade, como um relato fiel dos acontecimentos, mas deve sim ser encarada como a construção subjetiva e intencional de um jornalista, de um grupo de jornalistas, que na sua grande maioria estão vinculados a uma empresa, a qual representa e defende seus próprios interesses e visões de mundo.

A imprensa traz consigo muitas das ideias e da visão de mundo dos grupos que são representados, neste sentido trazerem mais nitidamente as visões de mundo dos grupos que a produzem e representam. Assim como o historiador seleciona, a partir de seu lugar social e de seus interesses, o seu objeto, suas fontes, suas prioridades, o jornalista seleciona o que será destacado, o fato que criara no jornal.

Ao longo da história do Brasil, os brasileiros conheceram diversos tipos de imprensa como a imprensa política, literária, humorística e noticiosa.

Em um período sem liberdade, a imprensa brasileira era dividida em duas categorias: a grande imprensa e a imprensa alternativa. De algum lugar havia de nascer uma voz para combater o regime autoritário, este foi um dos principais papéis da imprensa alternativa deste período, mesmo que censurada a imprensa não podia deixar de existir. Estas duas categorias se diferenciavam desde seus estilos, leitores, estrutura organizacional e métodos de financiamento.

Para fomentar consenso e silenciar as oposições, o regime militar colocou em funcionamento um amplo aparato repressivo, em nome da segurança nacional foi criado o Sistema Nacional de Informação, responsável por uma vigilância cerrada sobre a vida das pessoas.

Neste contexto de repressão e cerceamento de liberdade surgiu a Imprensa Alternativa, eram jornais de pequeno porte que agrupavam jornalistas, intelectuais, políticos afastados pelo regime. As publicações alternativas trabalhavam com diversas temáticas, entre elas, políticas, de humor, culturais, feministas, tendo em comum uma postura de oposição intransigente ao regime militar. Esses jornais questionaram mais diretamente o regime, denunciando a violência e as arbitrariedades, em um momento onde os canais tradicionais de organização e manifestação política de oposição estavam fechados, onde a prioridade eram críticas ao regime.

A imprensa alternativa é uma fonte histórica distinta da grande imprensa, na medida em que não possui a mesma periodicidade, tiragem e público leitor, como não é uma imprensa diária, sua circulação era semanal, quinzenal, mensal e não tem a mesma estrutura financeira da grande imprensa.

A imprensa alternativa não era uma imprensa de massa, seu estilo, frases escolhidas, bem como os temas, a matéria, todo o conjunto, faziam da imprensa alternativa uma imprensa de intelectuais. A imprensa alternativa “exercia um papel crucial na formação de uma oposição política, ao oferecer um foro de debates e proporcionar fontes alternativas de informação”. (SMITH, 2000, p.60)

Uma característica interessante da imprensa alternativa era o fato de que poucos jornalistas que se dedicavam a este tipo de jornalismo se dedicavam exclusivamente a este trabalho, sua grande maioria contribuía com artigos, até porque nenhuma dessas publicações havia recursos para poder pagar uma equipe numerosa. Com isto a maioria dos jornalistas e colaboradores trabalhava em outras empresas. Exemplo bem sucedido foi nosso objeto de

análise neste artigo, O Pasquim, que embora com a equipe presa pelos militares, pode contar com colaboradores para poder dar sequência as atividades do jornal.

A imprensa alternativa teve repercussão em todo o Brasil, mas era no Rio de Janeiro e São Paulo onde se encontrava a maioria das publicações, “o único jornal da imprensa alternativa fora do eixo Rio-São Paulo com circulação nacional foi o Coojornal”. (CHINEM, 1995, p.37)

Em 1979 com o fim do AI-5 não foi o fim da imprensa alternativa, ela só tomou outro rumo, deu início a luta pelo retorno das eleições diretas, que veio a acontecer em 1984 com a campanha que ficou conhecida como Diretas Já.

A imprensa alternativa só perdeu suas forças com a redemocratização, embora no que refere-se à política sempre haverá alguém para narrar o que está acontecendo, este é o papel da imprensa, seja ela alternativa ou não.

É importante ressaltar o papel que a imprensa alternativa teve na história do Brasil ao longo dos anos em que esteve em vigor o AI-5, embora com a censura sempre ao lado, a imprensa esteve sempre combatendo e lutando por democracia e liberdade. Embora tenha perdido espaço para a grande imprensa depois da redemocratização, à imprensa alternativa estará sempre presente e bem viva na memória dos que lutaram pela democracia e liberdade.

### **O Pasquim**

Quando faleceu o jornalista Sérgio Porto um dos responsáveis pelo jornal A Carapuça, Murilo Pereira Reis que era sócio do jornal procurou o jornalista Tarso de Castro para que ele desse continuidade ao jornal. Tarso de Castro sugeriu fazer um novo jornal, porque o jornal A Carapuça tinha o perfil de seu criador, Sérgio Porto.

Tarso de Castro reuniu-se com Jaguar, Sérgio Cabral, Claudius e Prosperi para criar o novo jornal, Jaguar sugeriu o nome O Pasquim, nome este já prevendo as críticas que viriam com sua criação.

Criado inicialmente para ser um jornal do bairro de Ipanema na cidade do Rio de Janeiro, O Pasquim tornou-se mais que um jornal de bairro, ao longo dos anos do Regime Militar, tornou-se a voz de muitos brasileiros que estavam exilados e dos que eram contra o Regime que permaneciam no país.

Logo no seu primeiro número no dia 26 de junho de 1969, O Pasquim revolucionou a linguagem do jornalismo brasileiro, instituindo uma oralidade que ia além da mera linguagem coloquial para a escrita do jornal, essa revolução, semi-apreendida pela imprensa nos anos

seguintes, teve impacto mais profundo na publicidade. Aparentemente, começou por acaso, quando Jaguar usou as propriedades de outra invenção de introdução relativamente recente no jornalismo brasileiro da época, o uso do gravador.

Ao longo dos anos, outros jornalistas, chargistas e caricaturistas vieram a fazer parte de O Pasquim, entre eles Millôr Fernandes, Ziraldo, Henfil, mesmo não tendo sido sócio-fundadores, deste o primeiro número marcaram presença nas páginas do jornal.

O Pasquim não nasceu para fazer jornalismo político, O Pasquim procurou através de um jornalismo de humor criticar o comportamento da classe média brasileira, a partir da moral e dos bons costumes, que era defendida pelos Militares. Sendo assim O Pasquim começou a despertar a atenção por parte dos Militares e por órgãos responsáveis pela Censura.

Um dos fatos que contribuíram para a expansão do jornal foi o número de jornalistas e profissionais qualificados e críticos ao regime e a ausência da liberdade de expressão, tornando-se a voz dos que haviam perdido seu espaço de manifestação, como intelectuais que visualizavam em O Pasquim o caminho para expressar suas ideias.

O jornal e sua importância aumentavam com o tempo, raro para um jornal alternativo que não havia sequer reunião de pauta. Nos jornais há reuniões para decidir o que escrever, mas em O Pasquim não havia, os bares eram considerados extensão da redação.

Mas não foram obedecidas regras básicas de administração, controle financeiro e de estoques, o que levou ao estrangulamento de um projeto editorialmente bem-sucedido. O grupo não se via como uma empresa, nem mesmo como uma redação convencional, mas como uma patota, um grupo de amigos.

O Pasquim realmente nasceu e viveu alternativo, suas grandes inovações jornalísticas aconteceram por acaso, como por exemplo, a entrevista que foi realizada para a primeira edição do jornal que saiu no dia 26 de junho de 1969, o entrevistado foi Ibrahim Sued, feita pelo Jaguar, Sérgio Cabral e Tarso de Castro. Após a entrevista já na redação do jornal Jaguar foi questionado por Sérgio Cabral se ele havia transcrito a entrevista para uma linguagem jornalística, Jaguar que não é jornalista é chargista, comentou que não sabia, então por falta de tempo a entrevista saiu do jeito que foi transcrita por Jaguar, a partir deste momento revolucionou a linguagem jornalística nacional. Além desta inovação O Pasquim também foi responsável pela introdução do palavrão na linguagem falada, tudo que os Militares temiam O Pasquim teve coragem de fazer. Com isso percebemos que o jornal não modificou apenas o jornalismo, mas também a sociedade como um todo.

Em 1º de novembro de 1970 a censura e a repressão chegaram à redação de O Pasquim, parte da “Patota” como era carinhosamente chamada à equipe, foi presa, mesmo

assim o jornal não saiu de circulação, com o auxílio dos que não haviam sido presos e de outros colaboradores, O Pasquim retomou os trabalhos sem que os seus leitores soubessem o que havia acontecido. Com a criatividade que lhes era peculiar, os membros da “Patota” fizeram com que os leitores soubessem da prisão de uma forma que só O Pasquim poderia fazer, por intermédio do humor, referindo-se a prisão como um surto de gripe. A repercussão da prisão foi grande, sendo assim a solidariedade e o carinho que os leitores demonstravam para com os integrantes do jornal aumentava cada vez mais.

O jornal passou por vários momentos, hora momentos bons, hora momentos de dificuldades, tanto de ordem da repressão e censura quanto financeira.

“O leitor padrão do jornal (70% do total) tinha entre 18 e 30 anos, o filé mignon do mercado. Em circunstâncias normais, vendendo (já na edição número 16) 80 mil exemplares e aumentando a tiragem, em dez semanas, para 200 mil”. (AUGUSTO, 2006, p.10)

Os anunciantes temiam anunciar no jornal devido à repressão por conta do governo militar. Muitas vezes o jornal após ser aprovado pelo censor na redação quando chegava à banca era retirado de circulação.

Tratando-se de censor, em O Pasquim é importante citar dois casos, o primeiro trata-se da primeira censora que O Pasquim teve, chamava-se Marina, chamada de dona Marina pelos membros do jornal. Em um período em que era permitido fumar nas redações, a “Patota” costumava beber durante o expediente, foi então que eles descobriram que dona Marina, a Censora, gostava de beber.

Ao chegar para mais um dia de trabalho dona Marina deparou-se com uma garrafa de uísque em sua mesa, passou o dia bebendo e entre um gole e outro aprovava muita coisa que não devia. Entre essas aprovações o desenho criado por Jaguar, em cima do famoso quadro de Pedro Américo sobre o Grito do Ipiranga, com Dom Pedro I gritando “Eu quero é mocotó!” Com isso O Pasquim livrou-se da censora, em seu lugar foi designado para a função o general da reserva Juarez Paes Pinto. Após encerrar o trabalho, um dos integrantes de O Pasquim levava o que foi feito para o general em um apartamento onde ele costumava receber visitas de mulheres ou na praia onde o general jogava com os amigos. Após aprovar uma entrevista com uma antropóloga estadunidense que afirmava a existência de racismo no Brasil, o general deixou de ser o censor de O Pasquim.

Depois do general Juarez o jornal passou a ser censurado em Brasília, no Centro de Informação do Exército, foi assim até 1975 quando a censura acabou.

O Pasquim ao mesmo tempo em que ganhava o respeito por parte da grande imprensa, também era visto com hostilidade, por entenderem que O Pasquim tornou-se um concorrente.



O Pasquim que foi criado em 1969 existiu até 1991, passando por vários momentos, servindo de exemplo de jornalismo tanto para os demais jornais alternativos, bem como para a grande imprensa e revistas. Serviu de escola para importantes jornalistas e desenhistas nacionais. Mas sua principal contribuição foi o fato de em meio aos anos tumultuados do Regime Militar, à censura, crises financeiras e desentendimentos internos, O Pasquim resistiu e sobreviveu para contar a história do Brasil no período em que existiu.

### Considerações finais

Neste artigo foi apresentada uma discussão acerca de um dos jornais mais importantes da história do Brasil, jornal este onde em meio ao silêncio causado pela censura e repressão não foi o bastante para calar uma das mais importantes vozes da história do país, sobreviveu vinte e dois anos e que em suas páginas deu voz aos que o Regime Militar tentou calar.

Estou dando continuidade à pesquisa sobre O Pasquim durante este período que corresponde ao Regime Militar em minha dissertação de mestrado, sendo assim concluo este artigo tendo a certeza que há muito que pesquisar.

### Referências

- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário**. São Paulo: EDUSC, 1999.
- AUGUSTO, Sérgio. e JAGUAR. **O Pasquim. Antologia, volume 1, 1969 – 1971**. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006.
- BOBBIO, Norberto., MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: LGE Editora e Editora UNB, 2004.
- CHINEM, Rivaldo. **Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Ática, 1995.
- DE ALMEIDA, José Ernani. **Denuncismo & Censura nos meios de comunicação de Passo Fundo – 1964/1978**. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2006.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SMITH, Anne-Marie **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- WEBER, Maria Helena **Comunicação espetáculo da política**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2000.